

I Encontro Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas

O que querem os usuários da logística brasileira em defesa da competitividade?

CONSIDERANDO:

- **QUE** o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), criado pela Lei 13.334/2016, instituiu como princípios basilares a competitividade, a segurança jurídica e a livre iniciativa;
- **QUE** o crescimento e desenvolvimento econômico, bem como o aumento da competitividade e da eficiência brasileira, no mercado global, dependem de investimentos em infraestrutura;
- **QUE** é imprescindível tornar a logística brasileira um segmento indutor de crescimento e desenvolvimento;
- **QUE** o atual cenário logístico e a base regulatória são fatores de desestímulo à produção; e,
- **QUE** o agronegócio e a indústria são fundamentais para alavancar o crescimento econômico, gerando divisas, empregos e renda.

AMBIENTE REGULATÓRIO E SEGURANÇA JURÍDICA

- Apoiar, integralmente, os princípios da Lei 13.334/2016 que estabelecem a busca pela competitividade, segurança jurídica e a defesa da livre iniciativa;
- Editar novos marcos regulatórios no setor de transportes, baseados na competitividade, segurança jurídica e livre iniciativa;
- Implementar modelos de parceria, com a iniciativa privada, que viabilizem investimentos em infraestrutura e criem ambiente de competição, evitando monopólios e promovendo a livre iniciativa;
- Instituir regras claras e de longo prazo, que possibilitem segurança jurídica e transparência, aderentes aos riscos dos investimentos.

SETOR FERROVIÁRIO (I)

- Viabilizar investimentos para aumento de capacidade, que resultem em “choque de oferta”;
- Garantir que novas concessões e contratos em fase de repactuação ou renovação sejam adequados aos novos marcos regulatórios, introduzindo mecanismos de competição modal e intermodal;
- Ampliar o compartilhamento da infraestrutura ferroviária, priorizando o direito de passagem e permitindo a utilização da malha por operadores ferroviários independentes (OFIs);
- Direcionar os valores de outorga para complementação de investimentos privados, na implantação de novos trechos ferroviários;

SETOR FERROVIÁRIO (II)

- Atualizar e complementar a Agenda Regulatória da ANTT, sobre o setor de transporte ferroviário de cargas, nos seguintes pontos:
 - Operador Ferroviário Independente (OFI);
 - Direito de Passagem;
 - Venda de capacidade;
 - Interoperabilidade entre malhas;
 - Sistemas ferroviários dedicados, não integrados a malha nacional;
 - Usuário dependente;
 - Receitas acessórias;
 - Comissões tripartites.

SETOR RODOVIÁRIO (I)

- Implementar programa governamental de recuperação e melhoria nas principais rotas de escoamento da produção;
- Manter princípios básicos de livre mercado, no novo marco regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), priorizando a livre negociação e vedando o tabelamento de fretes rodoviários;
- Adotar modelos de concessão que garantam:
 - Menor valor de tarifa, como critério de julgamento;
 - Investimentos em expansão de capacidade, em função da evolução do tráfego;
 - Não cobrança do valor de outorga;
 - Reequilíbrio de contrato, sem reajuste tarifário;
 - Não inclusão de obras não relacionadas ao trecho sob concessão ou a ser concessionado;
 - Não inclusão de taxas, contribuições de melhoria e outras verbas estranhas ao objeto da concessão.

SETOR RODOVIÁRIO (I)

- Atualizar e complementar a Agenda Regulatória do setor de transporte rodoviário de cargas, tendo como pressupostos os seguintes pontos:
 - Garantia dos princípios básicos de livre mercado e segurança jurídica na contratação de fretes rodoviários, notadamente, estadia, pagamento eletrônico do frete e tempo de direção do motorista;
 - Tratamento diferenciado para transporte de cargas especiais, em trechos específicos;
 - Adequação dos normativos existentes para o transporte rodoviário de cargas, que permitam a incorporação de novas tecnologias e a utilização de novas composições rodoviárias, condicionadas a pressupostos técnicos de segurança dos usuários e da preservação da infraestrutura viária.

SETOR PORTUÁRIO (I)

- Concluir a delimitação das poligonais nos portos organizados;
- Eliminar os cronogramas de blocos de licitação de arrendamentos dos portos organizados;
- Desburocratizar e racionalizar os procedimentos realizados pelas entidades públicas, nos portos organizados;
- Revisar as tarifas portuárias, adotando modelos baseados nos custos de prestação dos serviços;

SETOR PORTUÁRIO (II)

- Revisar marcos regulatórios, como a Lei 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, portarias dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), de maneira que incorporem os pressupostos:
 - Separação dos papéis institucionais do setor;
 - Reavaliação do papel das Companhias Docas;
 - Retomada do caráter deliberativo dos Conselhos de Autoridades Portuárias (CAPs), em que na composição haja a prevalência dos usuários;
 - Incentivos aos investimentos privados, por conta e risco do interessado e sem limites para expansões;
 - Estímulo à livre iniciativa, com mínima intervenção estatal nos negócios.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

- Revisar a legislação geral e de incentivo às Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs);
- Reestruturar a navegação de cabotagem, a fim de torná-la competitiva e em condições isonômicas à navegação de longo curso.

SETOR HIDROVIÁRIO

- Reestruturar o setor hidroviário, objetivando:
 - Definição dos modelos de gestão das hidrovias;
 - Implementação de serviços em dragagem, derrocamento e sinalização, que garantam canais de navegação adequados, por meio de investimentos contínuos.

SETOR DE ARMAZENAGEM

- Estabelecer o Programa Nacional de Armazenagem, com o propósito de:
 - Promoção de segurança e qualidade do produto estocado;
 - Mapeamento e identificação da carência de estruturas de armazenagem, com a finalidade de buscar integração entre a área de produção e as rotas estratégicas, identificadas pelo Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI);
 - Promoção de parceria público/privada, em regiões de pouca atratividade para o setor privado.

Brasília/DF, 8 de novembro de 2016.